


Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)




O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social 2 /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-901-1

DOI 10.22533/at.ed.011211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2011 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O segundo volume apresenta 24 capítulos e está didaticamente quatro eixos temáticos: Políticas Sociais no Brasil no contexto do Capital que apresenta dois artigos que tratam do aprofundamento do projeto ultraliberal e a exploração na relação capital e trabalho.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos, a temática do Serviço Social na Política de Assistência Social com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de controle democrático, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Centro de Referência de Assistência Social, Medida Sócio Educativa, Proteção Social Básica, População em Situação de Rua, e interlocuções com outras políticas setoriais a exemplo SUS e SUAS, atuação frente à Pandemia de Covid-19, dentre outras.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Políticas Sociais e Enfrentamento da violência através dos cinco artigos, que tratam da Lei Maria da Penha, Feminicídio, Racismo, Rede de Proteção e Trabalho Intersetorial.

O quarto eixo temático: Serviço Social e Preparação para a Aposentadoria apresenta duas experiências de trabalho com esse público.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL NO CONTEXTO DO CAPITAL

CAPÍTULO 1..... 1

O APROFUNDAMENTO DO PROJETO ULTRALIBERAL E O SOFRIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DOMINAÇÃO

Odair Dias Filho

Edvânia Ângela de Souza

DOI 10.22533/at.ed.0112115031

CAPÍTULO 2..... 16

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CAPITAL E TRABALHO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO NAS CENTRAIS DE TELEMARKETING

Maricelly Costa Santos

DOI 10.22533/at.ed.0112115032

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPÍTULO 3..... 27

UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DAS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS NA ATUAÇÃO DAS/OS PROFISSIONAIS DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Edístia Maria Abath Pereira de Oliveira

Catharina Cavalcanti de Melo

DOI 10.22533/at.ed.0112115033

CAPÍTULO 4..... 38

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Jucileide Ferreira do Nascimento

Heleni Duarte Dantas de Avila

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Celina dos Santos Almeida

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Juliana dos Santos Carmo

Rodrigo Sales Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.0112115034

CAPÍTULO 5..... 48

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: APONTAMENTOS CRÍTICOS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.0112115035

CAPÍTULO 6..... 60

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE COARI, NO INTERIOR DO

AMAZONAS

Cristiane Andrade da Costa
Raimunda Nildes Pinheiro Moreira

DOI 10.22533/at.ed.0112115036

CAPÍTULO 7..... 70

A JUDICIALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

Edinilza de Oliveira Toledo
Liliane Capilé Charbel Novais

DOI 10.22533/at.ed.0112115037

CAPÍTULO 8..... 79

OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM UM CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA – CEARÁ

Leiliane Martinz de Oliveira
Márcia Cristina Barros de Oliveira
Luiza de Marillac Bernardo da Rocha Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.0112115038

CAPÍTULO 9..... 90

O SUAS E SUS NA REGIÃO DA AMEPAR E AS DEMANDAS GERENCIAIS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Eliane Christine Santos de Campos
Ana Cláudia Vieira Martins
Silvio Redon
Tihara Keli Maciel Siqueira Mantovani

DOI 10.22533/at.ed.0112115039

CAPÍTULO 10..... 107

MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO E O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Karen Coutinho da Silva
Luciana Macedo Duarte
Tháís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150310

CAPÍTULO 11..... 122

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA AOS IDOSOS EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID 19: EXPERIÊNCIA DE UM CRAS

Marcia Liliane Barboza Kurz
Marisa Ighes Orsolin Morgan

DOI 10.22533/at.ed.01121150311

CAPÍTULO 12..... 133

A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DO COVID-19: OS DESAFIOS PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROTEÇÃO BÁSICA

Karen Coutinho Pereira

Thaís da Silva Zeca Bastos

DOI 10.22533/at.ed.01121150312

CAPÍTULO 13..... 145

A DESPROTEÇÃO SOCIAL EM MOMENTOS DE CRISE E OS NOVOS DESAFIOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A PANDEMIA DA COVID-19 NO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

Fabiane Ribeiro

Hilton de Souza Zeferino

DOI 10.22533/at.ed.01121150313

CAPÍTULO 14..... 156

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CIDADÃOS AINDA INVISÍVEIS E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL PARA GARANTIA DE DIREITOS

Gisele de Freitas Carvalho

Marcelo Ricardo Prata

DOI 10.22533/at.ed.01121150314

CAPÍTULO 15..... 166

SAÚDE MENTAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E CIDADANIA NO BRASIL: DO DIREITO À VIDA À MISTANÁSIA

Bárbara Monique Pereira da Silva Leal

Renata Fernandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150315

CAPÍTULO 16..... 176

O TRABALHO COM GRUPO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO GRUPO DE APOIO AOS PAIS (GAP) DO CENTRO SUVAG DO RIO GRANDE DO NORTE

Gisleane Silva de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.01121150316

CAPÍTULO 17..... 188

O CENTRO INTEGRADO DE JUSTIÇA JUVENIL COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO ECA

Ana Margarida Barbosa Santos

Maria Betânia Silva Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150317

POLÍTICAS SOCIAIS E ENFRETEAMENTO DA VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 18..... 192

VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: A PERMANÊNCIA DA DOR

Luanna Karolyne de Oliveira Cavalcanti

Carina Felix Bezerra

Kíssia Wendy Silva de Sousa

Maria Gabrielle Chaves Silva

Maria Gabriella Florencio Ferreira

Maria de Medeiros Martins
Marcelle Queiroz de Almeida
Ingrid Raissa Guerra Lins
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Paloma Lima dos Santos
Rafaela Leandro Pereira

DOI 10.22533/at.ed.01121150318

CAPÍTULO 19.....203

FEMINICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ E SERVIÇO SOCIAL

Edilcinha de Sousa Cavalcante Magalhães

DOI 10.22533/at.ed.01121150319

CAPÍTULO 20.....215

CULTURA, RELIGIÃO E RACISMO: RETRATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Laryssa Sayury Garcia
Michelle Christina de Souza Matos
Brenda Luana Ribeiro Souza
Lilian Mendes Pereira Barros
Iris Tarcila da Conceição Baia
Solange Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.01121150320

CAPÍTULO 21.....222

VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESAFIOS DO TRABALHO INTERSETORIAL NA PERSPECTIVA DE GARANTIA DE DIREITOS

Ana Joice da Silva Peraro
Marusa Fernandes da Silva
Richardson Cramolichi

DOI 10.22533/at.ed.01121150321

CAPÍTULO 22.....233

REDE DE PROTEÇÃO À MULHER: ROMPENDO COM A VIOLÊNCIA, O SILÊNCIO E A INVISIBILIDADE

Josélia Barroso Queiroz Lima
Kíria Silva Orlandi
Aline Faé Stocco

DOI 10.22533/at.ed.01121150322

SERVIÇO SOCIAL E PREPARAÇÃO PARA A APOSENTADORIA

CAPÍTULO 23.....245

TRILHANDO NOVOS CAMINHOS: REFLEXÃO EM MOMENTOS DE CRISE

Carla Cristina Coelho Augusto Pepe
Thaysa Maria Ribeiro Garcia
Nelson Felix Lima Neto

Joyce Domingues da Silva Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.01121150323

CAPÍTULO 24.....	252
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO E APOSENTADORIA: PERSPECTIVAS DOS TRABALHADORES DO DEINFRA PARA ESSA NOVA FASE DA VIDA	
Jozadake Petry Fausto Vitorino	
DOI 10.22533/at.ed.01121150324	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	277
ÍNDICE REMISSIVO.....	278

CAPÍTULO 4

CONTROLE DEMOCRÁTICO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO CONTEXTO ATUAL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Jucileide Ferreira do Nascimento

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<https://orcid.org/0000-0003-3890-6847>

Heleni Duarte Dantas de Avila

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira - Bahia
<https://orcid.org/0000-0001-7916-3686>

Clícia Carolaine de Jesus Alves

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5501126559130643>

Celina dos Santos Almeida

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5304115349921645>

Cleiton Lima de Oliveira Barbosa

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/5553633753254202>

Juliana dos Santos Carmo

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8706685207394201>

Rodrigo Sales Queiroz

Universidade Federal da Bahia
Cachoeira – Bahia
<http://lattes.cnpq.br/7218791868293555>

RESUMO: O artigo apresenta uma análise dos conselhos de assistência social e as conferências nacionais com base na legislação em vigor, documentos oficiais, publicações, artigos, teses e dissertações publicadas no banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Levando em consideração que os Conselhos e Conferências de assistência social são lócus do controle democrático e participação social desde 1988 no Brasil, as principais conclusões da pesquisa, dão conta de que os acontecimentos políticos e o cenário social após 2016 criaram óbices para implementação da democracia participativa, e que medidas adotadas pelo governo federal em 2019 acerca dos conselhos de direitos contribuem para retrocessos do controle democrático e participação social.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; Controle Democrático; Participação Social; Estado; Sociedade Civil.

DEMOCRATIC CONTROL AND SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN BRAZIL: THE CHALLENGES OF PARTICIPATORY DEMOCRACY IN THE CURRENT CONTEXT

ABSTRACT: The article presents an analysis of social assistance councils and national conferences based on the current legislation, official documents, publications, articles, theses and dissertations published in CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)' thesis and dissertation database. whereas Social Assistance Councils and Conferences have been the locus of

democratic control and social participation since 1988 in Brazil, the main conclusions of the research realize that political events and the social scenario after 2016 created obstacles to the implementation of participatory democracy, and that measures adopted by the federal government in 2019 about rights councils contribute to setbacks in democratic control and social participation.

KEYWORDS: Social Assistance; Democratic Control; Social Participation; State; Civil society.

1 | INTRODUÇÃO

O artigo apresenta uma reflexão teórica acerca do controle democrático e participativo no âmbito da política de assistência social no Brasil nos últimos anos (2010-2019). Analisou-se os conselhos de assistência social e as conferências nacionais com base na legislação em vigor, documentos oficiais, publicações, artigos, teses e dissertações publicadas no banco de teses e dissertações da Capes¹. Os conselhos e as conferências de assistência social são lócus importantes de materialização do controle democrático e da participação social no âmbito dessa política social criados pela Constituição Federal de 1988 no Brasil. As informações levantadas indicam as estratégias adotadas pelos conselhos de assistência social nesse percurso para o aperfeiçoamento do controle social e democrático e apontam os óbices ainda existentes para a consolidação da democracia participativa no cenário nacional.

O estudo aponta ainda os desafios na atuação dos conselhos de assistência social nas três esferas do governo no âmbito da política de assistência social e revelam que alguns acontecimentos políticos e o cenário social brasileiro após maio de 2016 criaram novos óbices no processo de implementação da democracia participativa criada com a Constituição de 1988 e cuja materialização exige a atuação efetiva dos conselhos de assistência social e a realização das conferências nacionais de assistência social com a participação da sociedade civil organizada.

Nesse cenário as medidas adotadas pelo governo federal em 2019 no âmbito dos conselhos de direitos (consultivos e deliberativos) contribuem para apontarmos retrocessos importantes na democracia participativa criada pela Constituição Federal de 1988, ou seja, o controle democrático e a participação social na política de assistência social estão enfrentando novos desafios e estão ameaçados de desaparecer nesse novo contexto social e político brasileiro.

2 | CONTROLE DEMOCRÁTICO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A promulgação da Constituição de 1988 inaugurou uma nova fase com reestruturação e reorganização das políticas sociais. E a atuação de segmentos da sociedade civil

¹ Banco de teses e dissertações da CAPES. Acesso em 20 de maio de 2019, no levantamento geral sem filtros encontramos no catálogo 1146344 resultados para conselhos de assistência social. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>

organizada nas arenas de lutas e negociação com o governo acerca dos interesses mais gerais da população foi imprescindível. O Estado brasileiro com o objetivo de responder essa pressão social fez reformas na educação, na seguridade social, no complexo sanitário e no seu sistema administrativo. Nessa estratégia podemos identificar, segundo Draibe (1989, p.159):

Os princípios da descentralização com a vertente da municipalização, a integração dos serviços locais e equipamentos sociais em nível local, a participação popular nos processos de decisão, implementação e controle das políticas sociais e a concepção alternativa de organizar e distribuir bens e serviços sociais.

Nesse contexto, como fruto das ações da sociedade civil em defesa da institucionalidade legal dos direitos sociais da população, foi criado o sistema de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) como marco legal imprescindível para a implantação do incipiente sistema de proteção social brasileiro.

Ante esse cenário, a disputa no plano da esfera pública fez-se necessário acionar outros sujeitos coletivos com densidade analítica e organizativo-política para dar materialidade aos direitos estabelecidos na Constituição de 1998.

Essa importante tarefa foi assumida pelos movimentos sociais articulados com estudiosos da área e trabalhadores, que exigiram do poder governamental a criação de lócus para o exercício do controle social e democrático no processo de acompanhamento da gestão, financiamento e implementação das políticas sociais.

Coube a sociedade civil de forma coletiva e organizada e, em consonância com o movimento constituinte plural e democrático engendrar esforços para defender a materialização dos direitos sociais regulamentados pela Carta Magna de 1988 em prol do exercício da cidadania, aí reconhecido.

A pesquisa intitulada “Fotografia da Assistência Social no Brasil na perspectiva do SUAS (2005)², cujo conteúdo foi apresentado na quinta edição da conferência nacional de assistência social em 2005, demonstrou que os conselhos municipais de assistência social foram criados entre 1995 e 1998 (76%). A criação desses conselhos dentre outras coisas cumpria o estabelecido no artigo 30 da LOAS, que exigia a criação de conselhos, fundos e planos de assistência social nos Estados, Distrito Federal e Municípios para o repasse dos recursos do recém criado Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

A exigência do cumprimento do CPF para recebimento dos recursos foi o impulso que faltava para a ampliação da criação dos conselhos municipais de assistência social e essa medida foi exitosa para o controle social e democrático no âmbito da política de assistência social.

E em 2012, a NOB SUAS/2012 confirma o estabelecido no art. 30 da LOAS exigindo

2. https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Fotografia_AssistenciaSocial.pdf. Acesso em 31 de maio de 2019.

como requisitos mínimos que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios recebam os recursos referentes ao financiamento federal, a existência do conselho de assistência social instituído e em funcionamento; o plano de assistência social elaborado e aprovado pelo conselho de assistência social; o fundo de assistência social criado em lei e implantado; acrescentando a alocação de recursos próprios no fundo de assistência social.

A gênese e o desenvolvimento dos conselhos de assistência social não podem ser compreendidas sem analisarmos as conferências de assistência social, já que elas materializam essa arena de disputa entre o Estado e a sociedade civil organizada em torno da implantação e da implementação da política de assistência social após a promulgação da LOAS em 1993.

A primeira edição de conferência nacional ocorreu em novembro de 1995 com a temática – Sistema descentralizado e participativo: financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social. As edições posteriores, conforme o quadro (Quadro 1) a seguir, trataram de temas relevantes para a implantação de serviços, programas e benefícios da assistência social bem como para o aprimoramento do sistema descentralizado e participativo da política de assistência social em âmbito nacional.

Edição	Ano	Tema Central
I	1995	Sistema descentralizado e participativo; financiamento e relação público-privado na prestação de serviços da Assistência Social
II	1997	O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência- Construindo a Inclusão - Universalizando Direitos
III	2001	Política de Assistência social: uma trajetória de avanços e desafios
IV	2003	Assistência como política de inclusão: uma nova agenda para a cidadania - LOAS 10 anos
V	2005	SUAS – PLANO 10: estratégias e metas para implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
VI	2007	Compromissos e responsabilidades para assegurar proteção social pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS)
VII	2009	Participação e controle social no SUAS
VIII	2011	Consolidar o SUAS e valorizar os seus trabalhadores
IX	2013	Gestão e Financiamento na efetivação do SUAS
X	2015	Consolidar o SUAS de vez rumo a 2016
XI	2017	Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS

Quadro 1 - Conferências Nacionais de Assistência Social no Brasil por temas e ano

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis no site <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/i-conferencia-nacional>. Acessado em 12 de maio de 2019.

Em pesquisas realizados acerca das conferências nacionais ³Avritzer (2012) aponta a existência de três elementos presentes em processos de conferências de âmbito nacional.

Em primeiro lugar o padrão da participação social no Brasil democrático é relativamente homogêneo [...]. Em segundo lugar, vale a pena avaliar a questão dos elementos deliberativos das conferências nacionais [...]. As conferências nacionais têm fortes elementos deliberativos expressos pelo fato de a maior parte dos participantes afirmar que há um forte debate de ideias no qual a concepção dos representantes do governo não prevalece. Os dados apontam para algum elemento de efetividade, mas apontam também para fortes lacunas. Estas lacunas são provocadas pelo fato de ainda não haver uma forma de gestão que se articule claramente com as decisões das conferências nacionais. Assim, as áreas com maior tradição de participação e que têm conselhos bem estruturados têm sido capazes de dar consequência às decisões das conferências (p. 22-23).

Esses três elementos, segundo o autor, apontam a importância das conferências nacionais como canais de participação social e democrática e de diálogo entre sociedade civil organizada e poder público, mas ao mesmo tempo, indicam que as Conferências Nacionais não são suficientes para materialização das deliberações.

No caso das conferências nacionais de assistência social ao analisarmos os ANAIS, cadernos de deliberações, relatórios finais ou outros documentos publicados no site do CNAS⁴, acerca dos conteúdos debatidos nesses eventos democráticos de âmbito nacional identificamos o processo político e os sujeitos coletivos atuantes nessas arenas de disputas, destaca-se a seguir alguns processos históricos que interferiram no desenho institucional da política de assistência que temos no Brasil hoje.

O primeiro registro de atividades dessa natureza começa em 1993, com a realização de encontros regionais promovidos pelo Ministério do Bem-Estar Social, em todo o país para a discussão do Projeto de Lei em tramitação na Câmara Federal (4.100/1993), cujo conteúdo iria normatizar a Lei Orgânica da Assistência Social, essa mobilização nacional e as discussões suscitadas acerca desse Projeto de Lei, ficou denominado como Conferência Zero, segundo Sposati (2003, p.15-16), foi em meio a essas articulações e debates que foi formulado o texto básico da atual Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Segundo dados divulgados no site do CNAS, foram sistematizadas 233 (duzentas e trinta e três deliberações), dessa primeira conferência e dentre as primeiras deliberações estava o pedido de extinção do Programa Comunidade Solidária tendo em vista a criação do comando único da política de assistência social previsto na LOAS.

Ao analisarmos o processo histórico e os documentos produzidos (ANAIS,

3 AVRITZER, L. Conferências Nacionais: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. *Texto para discussão 1739*, Ipea, Rio de Janeiro, 2012.

4 No site do CNAS encontra-se disponível documentos que descrevem e analisam os processos conferenciais desde a sua primeira edição BRAGA.R.(2016), com o documento Relatório Todas as Deliberações das Conferências Nacionais (1995-2015), bem como os ANAIS e deliberações de todas as edições das conferências nacionais. Disponível em <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais>. Acesso em 13 de maio de 2019.

Deliberações, resoluções, notas técnicas, etc.) nessas conferências nacionais de assistência social descobrimos que as conferências tiveram como objetivo principal definir as bases e diretrizes nacionais para que a política de assistência social componente do sistema de seguridade social brasileiro previsto na Constituição de 1988 (artigos 194, 203 e 204) fosse materializado em todo o território nacional como dever do Estado e direito de cidadania, conforme estabelecido no artigo 204:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - **participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.** (Constituição Federal Brasileira, 1988) (grifo nosso).

No entanto, mesmo com esse marco legal práticas assistencialistas ainda permeiam as ações da política pública de assistência social e reiteram práticas antigas, como caridade, filantropia, primeiro damismo, favor, residualidade, focalização, centralização, inviabilizando assim concretização das prerrogativas constitucionais.

Em parte creditamos esse quadro nacional da política de assistência social a influência dos elementos históricos que se perpetuam ao longo dos anos, como o padrão de desenvolvimento do Estado brasileiro e sua inserção de forma dependente no capitalismo internacional, as correlações de forças presentes, o estágio de desenvolvimento do sistema capitalista de produção, bem como o processo histórico de constituição da política de assistência social no Brasil, acrescidas dos elementos políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciam e direcionam a (não) atuação do estado no sistema de proteção socioassistencial conforme estabelecido na Constituição de 1988 e na LOAS (1993).

E isso se manifesta de forma mais acintosa, como veremos a seguir, a partir das novas medidas adotadas pelo governo federal a partir de 2019.

3 | OS CONSELHOS DELIBERATIVOS E AS CONFERÊNCIAS DE ASSISTENCIA SOCIAL: CENÁRIO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Proficuas pesquisas⁵ revelam o caminho híbrido de conjugar o novo e o velho no âmbito da política de assistência social e nesse processo de enfrentamento de romper com as velhas práticas ainda persistente no desenho institucional da nova política de assistência social os conselhos de assistência social (nacional, estaduais, municipais e Distrito Federal) tiveram que assumir um protagonismo em cumprimento ao estabelecido na LOAS.

5 MESTRINER (2010); AVRITZER (2012); MOTA (2008); RAICHELIS (2000), etc.

E essa tarefa exigiu dos conselhos a conquista de espaços políticos e legitimidade para enfrentar os principais desafios em prol da materialização do controle social e democrático no âmbito da política de assistência social.

Estudos realizados por Cunha (2009) acerca de cinco conselhos municipais de assistência social de capitais da região sul e sudeste no período de 2003 a 2007, revelaram que:

[...] eles têm cumprido o requisito deliberativo de produzir decisões demonstrando se constituírem em “públicos fortes” na medida em que têm poder de decisão e efetivamente o utilizam para decidir acerca de aspectos os mais variados na política de assistência social, e de sua própria organização e funcionamento. Essas decisões impactam de algum modo o sistema em nível municipal, seja quando concede, ou nega o registro a uma organização social; aceita, ou rejeita, uma prestação de contas do gestor; e define critérios para repasse de recursos públicos para entidades. Muitas das decisões parecem ser consensuais, o que pode decorrer tanto do contexto normativo da área, que tem circunscrito argumentos e alternativas argumentativas, quanto do próprio desenho institucional [...] (p.124-125).

Segundo esta autora a complexidade do processo democrático brasileiro é um elemento que deve ser considerado nos estudos realizados acerca da atuação dos conselhos e de outros lócus que viabilizam a participação política e o controle democrático da agenda de prioridades definida para as políticas sociais pelos gestores governamentais no Brasil.

Ao ocupar esses espaços e exercer o controle social, via conselhos gestores deliberativos, a sociedade civil organizada passou a atuar na proposição de mudanças no campo da política de assistência social, materializando assim a democracia participativa e o controle democrático.

A atuação da sociedade civil e do Estado nesses espaços é permeada por vários processos sócio-políticos-culturais que acabam mediando e interferindo (de forma positiva e ou negativa) as tomadas de decisões e deliberações desses conselhos, além disso, a materialização dessas deliberações depende também da configuração da esfera pública e esfera privada no campo da assistência social no cenário contemporâneo (RAICHELIS, 1998). Em 01 de janeiro de 2019, o presidente eleito Jair Bolsonaro publicou medida provisória com a extinção⁶ do Consea (Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019). Por esse ato presidencial foi retirada a autonomia do Consea de convocar conferências nacionais com foco na Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi alterada a composição do Consea e revogada a atribuição do conselho de acompanhar, articular e monitorar a Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Esse ato, no seu primeiro dia de mandato provocou reações de protesto da sociedade civil organizada e demonstrou que o governo adotaria medidas dessa natureza

6 Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 -http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm

em outras instâncias de participação social e controle democrático criados no Brasil após a Constituição de 1988.

E isso não demorou a ser concretizado. Em 12 de abril de 2019, foi o Decreto 9.759/2019, que determinou que, a partir de 28 de junho de 2019, serão extintos todos os colegiados da administração pública federal. Ademais foi revogado o Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e cujo objetivo era fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Dentre os conselhos destaca-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT), o Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), o dos Direitos do Idoso (CNDI), o de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o de Relações do Trabalho, o de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), a da Biodiversidade (Conabio), o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). Instâncias imprescindíveis e cujas ações foram importantes para viabilizar a democratização e a participação social em nosso processo recente de república democrática brasileira, agora sob novas ameaças.

E no caso da política de assistência esse óbice se materializou com a não realização da edição da XII Conferência Nacional em 2019, cuja convocação foi feita pela Resolução nº.12, de 18 de abril de 2019 e depois com a Resolução nº 15 de 25 de abril de 2019 CNAS, foram revogadas todas as resoluções CNAS de nº 12, 13 e 14, de 18 de abril de 2019, publicadas no Diário Oficial da União de 25 de abril de 2019.

Essa revogação se deu para cumprir o Parecer nº 00201/2019/CONJUR- MC/CGU/AGU, datado de 21 de março de 2019, que apontou a necessidade de quórum qualificado para fins de votação de convocação do processo conferencial em caráter extraordinário; e em cumprimento ao art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, em que estabelece que os Pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

O cenário exigiu da sociedade civil organizada respostas imediatas para se contrapor a essas medidas e, em 08 de maio de 2019 a sociedade civil com representação no CNAS e o CONGEMAS divulgaram uma nota⁷ pública de esclarecimento e posicionamento em defesa da realização da conferência nacional.

E divulgaram Informes 01/2019 e 02/2019, cujos conteúdos convocam a realização da conferência democrática com a definição do tema: Assistência Social: Direito do povo, com financiamento público e participação social. E com os eixos temáticos: Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado; Política Pública tem que ter financiamento público e a participação popular garante a democracia e o controle da sociedade.

Essa importante mobilização da sociedade civil conta com o apoio de alguns estados

⁷ https://docs.wixstatic.com/ugd/817492_6b2e9bf3ce1542bdab444cbde08bdcb6.pdf. Acesso em 29 de maio de 2019.

da federação e neles serão realizadas conferências estaduais e municipais de assistência social. Algumas inclusive já convocadas, como é caso da Bahia⁸.

Esse novo cenário apresentado após a posse do governo Bolsonaro revela que o histórico desafio enfrentado pela sociedade civil e suas instâncias de organização tornou-se ainda maior no cenário atual.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade civil e suas entidades organizativas após a redemocratização do país (anos 80) tentam conciliar a democracia representativa com a democracia direta/participativa, em um país cuja cultura política patrimonialista, familista, clientelista e centralista ainda se faz presente, em especial na área da política de assistência social e a realização das conferências nacionais bem como a atuação dos conselhos de direitos (consultivos e deliberativos) são estratégias importantes para a consolidação da democracia.

Os desafios para o exercício do controle social democrático e participativo são ainda maiores quando consideramos que as ações desenvolvidas no âmbito desses conselhos e as conferências provocam debates e correlações de forças em disputa demonstrando que o embate entre governo e sociedade civil organizada deve ocorrer sempre que estiver em risco o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Conferências Nacionais**: Ampliando e Redefinindo os Padrões de Participação Social no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. (Texto para discussão, n. 1739).

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988.

COUTO, Berenice Rojas. O sistema único de assistência social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília (DF), 2009. p.205-218.

CUNHA, Eleonora. **Efetividade Deliberativa**: Estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997-2006). UFMG, 2009.

DRAIBE, Sonia. **A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais**: os conselhos nacionais de políticas setoriais. Campinas-SP: Neep/Unicamp, 1989.

MESTRINER, Maria Luiza. A intrincada relação histórica entre Assistência Social e Filantropia no Brasil. In: STUCHI, Carolina Garbas; PAULA, Renato Francisco dos Santos; PAZ, Rosangela Dias (Org.). **Assistência Social e Filantropia**: novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado. São Paulo, 2010, p. 37-58.

⁸ Na Bahia a conferência estadual tem periodicidade bianual conforme legislação em vigor nesse Estado.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. São Paulo. Cortez. 2008.

RAICHELIS, Raquel. Democratizar a gestão das políticas sociais - um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. In: MOTA, Ana Elizabeth et al (Org.). **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social**. São Paulo: Cortez, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentadoria 51, 53, 77, 148, 166, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276

Assistente social 34, 35, 36, 57, 59, 65, 83, 90, 91, 92, 93, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 115, 116, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 130, 132, 133, 137, 142, 144, 156, 158, 164, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 201, 211, 212, 213, 220, 249, 254, 256, 275, 276

Ato infracional 113, 114, 115, 188, 189, 191

B

Benefício de prestação continuada (BPC) 63, 84, 141

C

Cadastro único 84, 87, 138, 140, 154, 172

Capitalismo monopolista 16, 26, 28, 106, 109

Centro de referência especializado da assistência social (CREAS) 108

Código de ética profissional 142

Conselhos de assistência social 38, 39, 41, 43, 47

Coronavírus 133, 134, 138, 139, 145, 148, 152, 154

Covid-19 122, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 250

D

Desigualdade social 56, 77, 94, 100, 136, 141, 163, 166, 217, 242

Direitos humanos 2, 13, 35, 61, 64, 66, 79, 82, 89, 119, 157, 167, 174, 187, 190, 194, 195, 196, 201, 228, 234, 256

Direitos sociais 3, 13, 30, 31, 33, 36, 40, 50, 54, 55, 61, 72, 73, 77, 80, 81, 82, 85, 87, 88, 94, 106, 109, 120, 121, 123, 124, 130, 131, 137, 147, 150, 165, 211, 223, 231, 238, 241, 254, 277

E

Envelhecimento 122, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 247, 250, 251, 252, 253, 255, 256, 257, 258, 272, 273, 276

Espaço sócio ocupacional 115

Estágio curricular obrigatório 253

F

Feminicídio 193, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 211, 213, 214, 216, 223, 226

G

Grupos de convivência 122, 123, 125, 127

I

Idoso 45, 63, 68, 71, 76, 80, 82, 83, 84, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 141, 172, 247, 255, 257, 270, 274, 275

Índice de desenvolvimento humano (IDH) 84, 100

Invisibilidade 150, 233, 235, 243

J

Judicialização 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78

L

Lei Maria da Penha 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 204, 205, 213, 215, 216, 218, 219, 221, 223, 225, 226, 228, 232, 238, 239

Lei orgânica da assistência social (LOAS) 42, 52, 63, 80, 84, 124, 175

M

Marx 3, 8, 15, 17, 18, 19, 20, 26, 34, 37, 49, 58, 77, 78, 109, 120, 183, 232

Marxismo 6, 31

Medidas protetivas 113, 148, 150, 219, 226, 228, 238, 239

Mínimos sociais 95, 114, 150, 152, 167, 168, 169, 170, 174, 175

Movimento de reconceituação 29, 110, 183

P

Política de assistência social 27, 29, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 48, 49, 54, 55, 62, 63, 65, 70, 72, 78, 79, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 104, 114, 116, 124, 134, 135, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 151, 211, 230

Política nacional de assistência social (PNAS) 41, 68, 81, 150

Políticas públicas 2, 3, 5, 11, 12, 30, 60, 63, 64, 65, 68, 73, 77, 78, 80, 81, 91, 94, 98, 100, 104, 105, 114, 123, 125, 127, 130, 134, 142, 150, 152, 153, 156, 158, 162, 163, 178, 193, 196, 198, 201, 203, 205, 209, 211, 214, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 235, 241, 243, 244, 247, 252, 255, 256

Políticas sociais 1, 12, 27, 30, 36, 37, 39, 40, 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 56, 57, 70, 71, 75, 77, 85, 91, 92, 93, 96, 100, 104, 105, 106, 108, 111, 120, 145, 154, 158, 163, 166, 212, 213, 234

População em situação de rua 102, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

Programa bolsa família 48, 54, 55, 58, 138, 140, 154

Projeto de extensão 233, 234, 235, 237, 238, 242, 277

Proteção social básica 63, 79, 81, 82, 101, 102, 114, 122, 125, 127, 129, 131, 133, 134, 137, 138, 154, 172, 173, 230

Q

Questão social 8, 28, 29, 30, 36, 48, 49, 50, 51, 53, 57, 71, 77, 78, 80, 89, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 120, 121, 126, 137, 138, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 165, 171, 182, 184, 187, 200, 212, 220

R

Racismo 2, 215, 216, 217

Redemocratização 46, 166, 235

Reestruturação produtiva 16, 17, 21, 22, 25, 53

S

Saúde do trabalhador 3, 14, 95, 245, 246, 249, 251

Saúde mental 12, 128, 139, 154, 164, 166, 171, 277

Seguridade social 3, 30, 40, 43, 52, 59, 62, 63, 70, 71, 76, 80, 81, 87, 95, 104, 124, 134, 135, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 155, 167, 170, 171, 229, 247

Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) 81, 138

Serviço social 1, 16, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 47, 48, 49, 57, 58, 59, 69, 89, 92, 93, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 116, 117, 120, 121, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 143, 156, 157, 163, 164, 165, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 201, 203, 211, 212, 213, 214, 216, 219, 245, 248, 249, 250, 251, 253, 256, 274, 275, 276, 277

Sistema único de assistência social - SUAS 124

Sofrimento do trabalhador 4

T

Totalitarismo 3

V

Vínculos familiares 81, 125, 127, 150, 158, 159, 162, 163

Violência 4, 8, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 83, 100, 112, 113, 114, 126, 157, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244


Violência contra a mulher 193, 195, 197, 198, 199, 209, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 223, 224, 226, 227, 231, 235

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social 2

 **Atena**
Editora

Ano 2021